

**Relatório da Administração - Exercício de 2023**

**ANS - nº 418072**

**Senhores Acionistas,**  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

**Principais Informações Financeiras**  
• A Companhia encerrou o exercício de 2023 com um lucro líquido de R\$ 14,9 milhões, registrando um crescimento expressivo de 115,7% em relação ao exercício anterior de 2022. Esse resultado significativo foi impulsionado pelo desempenho positivo da carteira de investimentos, que alcançou R\$ 19,9 milhões ao longo do ano. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 155,8 milhões, enquanto as aplicações financeiras atingiram R\$ 161,9 milhões e as provisões técnicas R\$ 3,7 milhões.

**Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes**  
Diante de um cenário de incertezas, marcado pelo aumento da taxa de desemprego e pela redução da renda do brasileiro, observamos um impacto direto no crescimento do setor de saúde suplementar.  
Por decisão da Administração, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.  
**Honorários de Auditoria externa**  
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

**Considerações Finais e Agradecimentos**  
• CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.  
Por fim, a CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.  
Barueri, 25 de março de 2024  
**A Administração**

**Balanco Patrimonial**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>48.658</b>	<b>55.246</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.239</b>	<b>15.370</b>
Disponível		48	7	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	442	7.482
<b>Realizável</b>		<b>48.610</b>	<b>55.239</b>	Provisões de prêmios		40	6.235
<b>Aplicações financeiras</b>	4	<b>41.247</b>	<b>42.561</b>	Provisão de prêmio não ganho - PPNG		40	38
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		16.164	21.962	Provisão de insuficiência de prêmios		-	6.197
Aplicações livres		25.083	20.599	<b>Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores</b>		<b>102</b>	<b>235</b>
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>33</b>	<b>15</b>	<b>Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)</b>		<b>300</b>	<b>1.012</b>
Prêmios a receber	5	33	15	<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>		<b>5</b>	<b>14</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	6	<b>6.983</b>	<b>12.269</b>	Comercialização sobre operações		5	14
<b>Bens e títulos a receber</b>		<b>347</b>	<b>394</b>	Tributos e encargos sociais a recolher		1.176	842
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>122.914</b>	<b>107.928</b>	Débitos diversos	10	7.616	7.032
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>122.649</b>	<b>107.811</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.561</b>	<b>7.633</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	4	<b>120.862</b>	<b>105.937</b>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	3.228	6.892
Aplicações livres		120.662	105.937	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		3.228	6.892
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	6	<b>242</b>	<b>-</b>	Provisões		<b>3.333</b>	<b>741</b>
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	11	<b>1.945</b>	<b>1.874</b>	Provisões para tributos diferidos	8	588	73
<b>Imobilizado</b>	7	<b>65</b>	<b>117</b>	Provisões para ações judiciais	11	2.745	608
Imobilizado de uso próprio		61	112	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>155.772</b>	<b>140.171</b>
Imobilizado - não hospitalares		61	112	Capital social		192.000	192.000
Outras imobilizações		4	5	Ajustes de avaliação patrimonial		786	109
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>171.572</b>	<b>163.174</b>	Prejuízos acumulados		(37.014)	(51.938)
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>171.572</b>	<b>163.174</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>192.000</b>	<b>(1.697)</b>	<b>(58.856)</b>	<b>131.447</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.806	-	1.806
Lucro líquido do exercício	-	-	6.918	6.918
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>192.000</b>	<b>109</b>	<b>(51.938)</b>	<b>140.171</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	677	-	677
Lucro Líquido do exercício	-	-	14.924	14.924
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>192.000</b>	<b>786</b>	<b>(37.014)</b>	<b>155.772</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar, nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.  
Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para os beneficiários que permanecem ativos na carteira.

**2. Resumo das políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução normativa nº 528/2022 e alterações posteriores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.13.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2024.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**2.3. Caixa e Bancos (disponível)**  
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**2.4. Instrumentos financeiros**

**2.4.1. Classificação e reconhecimento**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração (quando houver valores registrados):

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.  
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

**2.4.2. Mensuração**  
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

- a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**2.5. Classificação de contratos de seguros**  
A Companhia classifica os contratos de seguros emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, sendo definido risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado, na ocorrência de um acontecimento específico que possa afetá-lo de forma adversa.

**2.6. Impairment**  
**2.6.1. Impairment de instrumentos financeiros**  
**a. Ativos mensurados ao custo amortizado**  
A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

**b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**  
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de default do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

**c. Prêmios a receber**  
• A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores. Para os planos individuais com preço pré-estabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada a partir dos demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

**d. Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

**2.6. Imobilizado**  
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são:

- i) móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.;
- ii) equipamentos de informática de 10 a 20%, e benfeitoria em imóveis de terceiros - 20% a.a..

**2.7. Provisões técnicas**  
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada a partir da média da PEONA observada em períodos já desenvolvidos, com observações de 8 meses.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS) é constituída em sua totalidade conforme cálculo disposto na RN nº 574/2023 e suas alterações, considerando o total de eventos indenziáveis provenientes do SUS.

A Provisão para Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas con-

tratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário a partir do mês seguinte ao conhecimento do óbito do segurado titular do plano, contemplando todos os dependentes cadastrados por período de 1 (um) ou 2 (dois) anos, a depender do contrato firmado. A provisão é calculada mensalmente conforme metodologia de avaliação de reserva matemática a partir de anuidade atuarial e da despesa assistencial esperada identificadas por contrato no momento do cálculo, quando for o caso. Não houve ocorrência nessa modalidade no ano de 2023.

A Provisão para Prêmios Não Ganha (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 574/2023 e demais alterações, apurando a parcela de prêmio não ganha cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 574/2023 e suas alterações. A PIP é constituída para comportar as despesas futuras que, por estimativa, devem superar a receita futura dos contratos ativos, baseado na experiência dos últimos 12 ou 24 meses, o que for menor.

**2.8. Teste de adequação do passivo - TAP**  
Conforme definido pela Resolução Normativa nº 528/2022, não há obrigatoriedade para operadoras classificadas como de pequeno ou médio porte a obrigação de informar nas notas explicativas a realização do TAP.

**2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes**  
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exígvel.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

**2.10. Apuração do resultado**  
As receitas relativas aos prêmios de seguros são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco, de acordo com a vigência de cada contrato.

As despesas com sinistros são reconhecidas, por ocasião da apresentação da conta médica ou do aviso pelo prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social sobre o lucro ajustado do período de agosto de 2022 a dezembro de 2022 foi calculada com alíquota majorada, com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

**2.12. Mudança nas principais políticas contábeis**  
A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Políticas Contábeis Materiais (2022): Principais políticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações.

**2.13. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;  
Notas 2.4 e 4 - Instrumentos financeiros; e  
Notas 2.8 e 10 - Depósitos Judiciais, Provisões para ações judiciais.

**2.14. Adoção do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros**  
A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - Financial Instruments em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 472, de setembro de 2021. A norma introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:

- Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
- Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecida as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
- Estágio III: todas operações em inadimplência / default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - Expected credit losses) para seus ativos financeiros, a qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências de mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

**3. Gestão de riscos**

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

**Demonstração do Resultado**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE</b>			
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>		<b>6.774</b>	<b>932</b>
Receitas com operações de assistência à saúde		6.774	932
Prêmios retidos	14.a	577	607
<b>Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>		<b>6.197</b>	<b>325</b>
<b>Sinistros retidos</b>		<b>3.808</b>	<b>(3.189)</b>
Sinistros avisados	14.b	3.096	(4.337)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	14.c	712	1.148
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>10.582</b>	<b>(2.257)</b>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	14.d	336	2.382
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(38)	(111)
<b>Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde</b>	<b>14.d</b>	<b>(3.695)</b>	<b>(3.370)</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

→ continuação

	Mais de 1 ano			31/12/2023
	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo dos ativos (i)	41.675	120.662	-	162.337
Fluxo dos passivos (ii)	12.467	588	-	13.055
				<b>31/12/2022</b>
	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo dos ativos (i)	42.977	105.937	-	148.914
Fluxo dos passivos (ii)	22.262	73	-	22.335

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações de assistência à saúde e provisões técnicas de assistência à saúde. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

**3.4 Risco de crédito**

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2023		31/12/2022	
	BB	Sem Rating	BB-	Sem Rating
<b>Composição dos ativos</b>				
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>19.809</b>	<b>19.809</b>	<b>42.561</b>	<b>42.561</b>
Fundos de investimentos não exclusivos	-	19.809	-	42.561
<b>Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>142.100</b>	<b>142.100</b>	<b>105.937</b>	<b>105.937</b>
Letras do tesouro nacional	21.438	-	21.438	105.937
Notas do tesouro nacional	120.662	-	120.662	-
<b>Créditos das operações com planos de assistência de saúde</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>15</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>-</b>	<b>347</b>	<b>394</b>	<b>443</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>142.100</b>	<b>20.189</b>	<b>162.289</b>	<b>148.907</b>

**3.5 Risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

**3.5.2 Controle de risco de mercado**

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela ANS, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (*lambda* = 0,94).

O *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 135 (31 de dezembro de 2022 é de R\$ 248).

**4. Instrumentos financeiros**

**4.1 Resumo da classificação**

	31/12/2023		31/12/2022		Sem Vencimento Até 01 ano e 05 anos	31/12/2023	Entre 01 e 05 anos
	Valor de Mercado	Valor do Mercado Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Mercado Atualizado			
<b>Mensurados ao</b>							
Fundos de investimento não exclusivos	19.809	19.809	42.561	42.561	19.809	-	-
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>19.809</b>	<b>19.809</b>	<b>42.561</b>	<b>42.561</b>	<b>19.809</b>	-	-
Notas do tesouro nacional	120.662	119.315	-	-	-	-	120.662
Letras do tesouro nacional	21.438	21.410	105.937	105.755	-	21.438	-
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>142.100</b>	<b>140.725</b>	<b>105.937</b>	<b>105.755</b>	<b>-</b>	<b>21.438</b>	<b>120.662</b>
<b>Total</b>	<b>161.909</b>	<b>160.534</b>	<b>148.498</b>	<b>148.316</b>	<b>19.809</b>	<b>21.438</b>	<b>120.662</b>

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

**4.2 Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>148.498</b>	<b>142.133</b>
Aplicações	295.899	245.885
Resgates	(302.665)	(256.675)
Rendimentos	18.984	15.276
Ajustes à valor justo	1.193	1.879
<b>Saldo final</b>	<b>161.909</b>	<b>148.498</b>

A seguir apresenta-se a análise da classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
- O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 161.909 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 148.498).

**5. Créditos das operações com planos de assistência à saúde**

**5.1 Prêmio a receber**

Apresentamos a seguir os prêmios a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Prêmio a receber	PDD	Prêmio a receber	PDD
Saúde empresarial	671 (641)	30	722 (710)	12
Saúde coletivo por adesão	6 (3)	-	3	-
<b>Total</b>	<b>677 (644)</b>	<b>33</b>	<b>725 (710)</b>	<b>15</b>

**5.2 Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>15</b>	<b>35</b>
Prêmios emitidos	682	630
IOF	(14)	(14)
Prêmios cancelados	(102)	(25)
Reccebimentos	(642)	(638)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	66	(1)
<b>Saldo final</b>	<b>33</b>	<b>15</b>

**5.3 Faixas de vencimento**

	31/12/2023		31/12/2022	
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 360 dias
<b>Prêmios a vencer</b>				
	15	1	14	1
<b>Prêmios Vencidos</b>				
	1	17	-	-
	-	644	710	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>645</b>	<b>710</b>	<b>1</b>

**6. Créditos Tributários e Previdenciários**

A composição dos créditos tributários está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo
Contribuição social	1.431	90	1.521	3.860
Imposto de Renda	1.797	152	1.949	4.884
COFINS em restituição	3.755	-	3.755	5.525
<b>Total</b>	<b>6.983</b>	<b>242</b>	<b>7.225</b>	<b>12.269</b>

**6.1 Créditos Fiscais não reconhecidos**

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.28 da Resolução Normativa 528/22 e, portanto, não realizou a constituição de créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições temporárias	4.298	3.514
Prejuízo fiscal	53.878	56.705
<b>Total</b>	<b>58.176</b>	<b>60.219</b>

**7. Imobilizado**

A seguir apresentamos a composição e movimentação do Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação (%)		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2023	
	10 a 20	17	Aquisições	Depreciações	Aquisições	Depreciações	Aquisições	Depreciações
Equipamentos	10 a 20	17	7	(8)	16	(8)	8	8
Móveis, máquinas e utensílios	10	138	-	(43)	95	(43)	52	52
Benefetoria em imóveis de terceiros	20	-	6	-	6	(1)	5	5
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>13</b>	<b>(51)</b>	<b>117</b>	<b>(52)</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>

**8. Provisão para Tributos Diferidos**

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de reservas ao valor justo, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 588 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 73).

**9. Provisões técnicas**

A Companhia opera com os produtos Saúde Empresarial e coletivo por adesão, a seguir apresentamos as provisões técnicas:

	Provisão para Sinistros a Liquidar		Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (*)		Provisão Insuficiência de Prêmios (i)		Provisão de Prêmio Não Ganhos		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
31/12/2023	3.330	3.330	300	-	-	-	40	3.670	7.032
31/12/2022	7.127	7.127	1.012	6.197	-	-	38	14.374	22.335

(i) Considerando que a apuração da PIP é realizada segundo a legislação vigente e considerando que em 2023 ocorreram movimentos de estorno de despesas de sinistro que provocaram a geração de um fator negativo, não houve constituição dessa provisão em dezembro/2023.

**9.1 Movimentação das provisões técnicas**

A movimentação das provisões técnicas pode ser resumida como segue:

	Provisão para Sinistros a Liquidar		Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados		Provisão Insuficiência de Prêmios		Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha		Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>6.549</b>	<b>2.161</b>	<b>6.522</b>	<b>5.593</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>15.274</b>	<b>15.274</b>
Constituições/Aviços	4.903	357	2.688	8.593	-	-	645	8.593	13.117
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.751)	-	1	(3.750)	-	-	(3.750)	(3.750)	(7.501)
Ajuste de estimativa de sinistros	520	-	-	-	-	-	520	520	520
Reversões	(1.094)	(1.506)	(3.014)	(649)	-	-	(649)	(6.263)	(7.367)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>7.127</b>	<b>1.012</b>	<b>6.197</b>	<b>38</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>14.374</b>	<b>14.374</b>
Constituições / Aviços	7.926	500	7.747	679	-	-	679	7.747	13.117
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.546)	-	-	-	-	-	-	(1.546)	(1,546)
Ajuste de estimativa de sinistros	(6.513)	-	-	-	-	-	-	(6.513)	(6,513)
Reversões	(3.664)	(1.212)	(6.197)	(681)	-	-	(681)	(10.392)	(10,392)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>3.330</b>	<b>300</b>	<b>-</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40</b>	<b>3.670</b>	<b>7.032</b>

**10. Débitos diversos**

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal a pagar	884	752
Depósito de terceiros	1.035	643
Provisão para indenizações	5.343	5.380
Outras contas a pagar	354	257
<b>Total</b>	<b>7.616</b>	<b>7.032</b>

**11. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais**

**11.1 Composição**

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Natureza cível	1.933	1.862	271	240
Natureza trabalhista	12	12	-	3
Outras Obrigações	-	-	2.474	425
<b>Totais</b>	<b>1.945</b>	<b>1.874</b>	<b>2.745</b>	<b>668</b>

As posições judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas à Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisões de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

O saldo de outras obrigações se refere, substancialmente, a provisões judiciais administrativas, conforme descrito na nota 14.4.

**11.2 Segregação em função da probabilidade de perda**

	31/12/2023			
	Quantidade	Remota	Possível	Provável
Contingências cível	45	92	60	271
Contingências trabalhista	2	22	22	44
Outras Obrigações	-	-	-	2.474
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>114</b>	<b>82</b>	<b>2.941</b>

	31/12/2022			
	Quantidade	Remota	Possível	Provável
Contingências cível	57	277	90	240
Contingências trabalhista	2	-	-	3
Outras Obrigações	-	-	-	425
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>277</b>	<b>90</b>	<b>1.035</b>

**11.3 Movimentação**

	Saldo				31/12/2023
	01/01/2022	Adições	Pagamentos	Baixas	
Contingências cível	240	124	(27)	(66)	271
Contingências trabalhista	3	-	(2)	(1)	3
Outras Obrigações	425	2.049	-	-	2.474
<b>Total</b>	<b>668</b>	<b>2.173</b>	<b>(29)</b>	<b>(67)</b>	<b>2.745</b>

	Saldo				31/12/2022
	01/01/2022	Adições	Reversões	Baixas	
Contingências cível	275	2.908	(2.943)	-	240
Contingências trabalhista	3	-	-</		

→ continuação

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

**Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**

Barueri - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

**Carolina Maciel Messias dos Santos**  
Contadora CRC SP - 246031/0-8